

**Fernanda Costa Vogt**

# **COGNIÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL**

**flexibilidade e dinamismo  
dos fenômenos cognitivos**

**2ª edição**  
Revista, atualizada  
e ampliada

2022

1214513

 **EDITORA**  
*Jus***PODIVM**  
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições *Jus*PODIVM

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorreia@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorreia@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

C676      **Cognição do Juiz no Processo Civil: Flexibilidade e Dinamismo dos Fenômenos Cognitivos / Fernanda Costa Vogt – 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.**  
352 p. (Eduardo Espinola / coordenador Fredie Didier Jr.)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5680-920-5

1. Decisões judiciais. 2. Direito Processual Civil. I. Fredie Didier Jr. II. Vogt, Fernanda Costa. III. Título.

CDD 341.465

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

### Capítulo 1

<b>SOBRE A COGNIÇÃO NA DOUTRINA TRADICIONAL: “ESSA DESCONHECIDA” .....</b>	<b>33</b>
1.1. A teoria da cognição judicial de Kazuo Watanabe.....	33
1.2. O objeto da cognição na doutrina brasileira: a cognição como atividade que se desenvolve sobre questões .....	35
1.2.1. O tradicional trinômio de questões de direito conhecidas no processo: ação, processo e mérito .....	36
1.2.2. As questões prévias .....	38
1.2.3. A separação entre questões de fato e questões de direito .....	41
1.3. Objeto da cognição <i>versus</i> objeto do processo .....	43
1.4. Características da cognição tradicionalmente identificadas .....	47
1.4.1. Inflexibilidade ou não gerenciabilidade .....	47
1.4.2. Legalismo .....	47
1.4.3. Cognição “instrumentalizada” em função da decisão ...	48
1.5. A cognição como ato de inteligência destinado à decisão: des-trinchanto o conceito de Kazuo Watanabe para a cognição judicial.....	50

### Capítulo 2

<b>A ANALÍTICA DA COGNIÇÃO JUDICIAL. COGNIÇÃO E INTERPRETAÇÃO, AFINIDADES ELETIVAS.....</b>	<b>53</b>
2.1. A cognição judicial contemporânea.....	53
2.2. Intersubjetividade e criação do intérprete.....	55
2.2.1. Objeto da cognição e objeto da interpretação: a simbiose entre conhecer e interpretar. A teoria da interpreta-	

ção como ferramenta fundamental para a compreensão da cognição judicial .....	56
2.3. Cognição do cientista e cognição do juiz.....	63
2.4. Cognição do legislador e cognição do juiz.....	65
2.5. A cognição sobre fatos e normas: linguagem como instrumento de mediação da atividade interpretativa.....	66
2.5.1. Correntes teóricas sobre a interpretação: do cognitivismo ao ceticismo. A cognição não se resume à reprodução do texto.....	67
2.5.2. Contexto de descoberta <i>versus</i> contexto de justificação do juiz .....	71
2.5.3. O estado cognitivo comunitário .....	74
2.5.4. A atividade de conhecimento como tomada de escolhas interpretativas.....	77
2.6. A cognição sobre atos ilocutórios: existe diferença quando o juiz conhece atos de fala? A oralidade é essencial ao processo? .....	80
2.7. Sobre conhecimento e lógica: cognição informada por intuição? .....	87
2.8. Dois compartimentos distintos: cognição e decisão. Ruptura com a lógica instrumentalista .....	89
2.8.1. A separação entre cognição e decisão na dinâmica dos meios consensuais de solução de conflitos.....	91
2.8.2. A vinculação da cognição à decisão como sucedâneo das teorias sobre o objeto do processo. Estabilização da decisão <i>versus</i> estabilização da cognição .....	93
2.8.3. Duas atividades distintas: interpretação e aplicação normativa .....	95
2.8.4. Instrumentalidade do processo e formalismo-valorativo: os impactos de cada corrente teórica sobre caráter dinâmico da cognição judicial.....	101

### Capítulo 3

<b><i>IURA NOVIT CURIA?</i> A COGNIÇÃO DINÂMICA SOBRE QUESTÕES DE FATO E QUESTÕES DE DIREITO.....</b>	<b>105</b>
3.1. A cognição sobre as questões de fato e as questões de direito: a mitigação do <i>iura novit curia</i> .....	105

3.2. Premissas para a mitigação do <i>iura novit curia</i> e do <i>da mihi factum, dabo tibi ius</i> .....	110
3.2.1. O silogismo judicial e o inflexível percurso “do direito aos fatos” .....	110
3.2.1.1. A incompatibilidade entre a interpretação formalista e a cognição sobre o fato e o direito .....	112
3.2.1.2. A influência do direito romano na divisão entre fato e direito .....	114
3.2.2. A “espiral hermenêutica” e a ausência de ordem cronológica para a cognição sobre fato e direito .....	115
3.2.2.1. Contraditório-influência e diálogo judicial na reconfiguração do <i>iura novit curia</i> .....	117
3.3. Convenções processuais sobre a delimitação do direito: o art. 357, § 2º do CPC .....	122
3.3.1. A delimitação das questões de direito na arbitragem .....	126
3.3.1.1. Os acordos processuais como instrumentos para a restrição e ampliação da cognição do juízo estatal sobre as questões de direito submetidas à arbitragem .....	130
3.4. Subversão do <i>iura novit curia</i> nas ações de improbidade administrativa . O Advento da Lei n. 14.230/2021 .....	133

#### **Capítulo 4**

<b>COGNIÇÃO, PROVA E RACIONALIDADE .....</b>	<b>135</b>
4.1. O outro lado da espiral hermenêutica: as questões de fato e a prova .....	135
4.2. Poder probatório das partes: discussões sobre o ônus da prova .....	139
4.3. Convenções processuais sobre a delimitação do <i>factum probandum</i> .....	141
4.4. Entre as funções demonstrativa e persuasiva da prova .....	142
4.5. Compartilhamento cognitivo: as diversas vozes presentes na instrução .....	147
4.6. Racionalidade da cognição sobre os fatos: cognição informada por oráculos? .....	148
4.6.1. A coerência do sistema jurídico: racionalidade interna e externa .....	154
4.6.2. Racionalidade externa: a superposição da atividade cognitiva exercida por diferentes centros jurisdicionais .....	157

4.7. Esquemas cognitivos sobre as presunções: há uma ordem cronológica de conhecimento dos fatos? .....	160
4.7.1. É possível convencionar sobre presunções? .....	163
4.7.2. As presunções são temporárias? .....	165
4.7.3. A inexistência de superioridade da prova direta em relação à prova indireta.....	166
4.8. Conclusão parcial .....	167

## Capítulo 5

<b>COGNIÇÃO FLEXÍVEL, ADEQUADA E AD ACTUM .....</b>	<b>169</b>
5.1. As influências de institutos do Código de Processo Civil de 2015 sobre a cognição judicial .....	169
5.2. A cognição como conceito “lógico-jurídico” na teoria geral do processo .....	169
5.3. Premissas extraídas do sistema jurídico-normativo para uma nova teoria da cognição judicial: cognição flexível, adequada e <i>ad actum</i> .....	172
5.3.1. Flexibilização do procedimento: como o <i>judicial case management</i> e as convenções processuais interferem na cognição judicial .....	172
5.3.2. Ressignificação dinâmica da segurança jurídica .....	175
5.3.3. Devido processo legal em perspectiva argumentativa ....	176
5.4. Da eficiência quantitativa à eficiência qualitativa: premissas para a cognição adequada .....	180
5.5. Fracionamento das questões conhecidas: da cognição <i>ad processum</i> à cognição <i>ad actum</i> .....	183
5.5.1. Cisão objetiva e subjetiva da cognição: a cognição <i>ad actum</i> .....	185
5.5.1.1. As cisões cognitivas como estratégias de gestão processual. Considerações sobre o <i>simultaneus processus</i> .....	188
5.5.1.2. Cisão cognitiva nos processos repetitivos: divisão subjetiva e objetiva no conhecimento da questão fática e da questão jurídica repetitiva....	191
5.5.1.3. A cisão cognitiva no procedimento de inventário .....	193

5.5.2. Cognição adequada: quem pode conhecer melhor? Transferências e delegações cognitivas.....	197
5.5.3. Cisões cognitivas nos processos policêntricos .....	198
5.5.3.1. Cognição adequada e flexível nos processos estruturais .....	200
5.5.3.2. Delegação cognitiva para entidades de infraestrutura específica nos processos estruturais: as <i>claims resolution facilities</i> .....	205
5.5.3.3. Delegação cognitiva na execução.....	207
5.5.3.3.1. Da existência de mérito na execução. Superação do mito da “cognição rarefeita” .....	207
5.5.3.3.2. Delegação cognitiva para agentes de execução .....	208
5.5.4. A técnica das sentenças “com reserva”: cisão e complementação da cognição .....	211
5.5.4.1. Dos <i>open remedies</i> (tutelas abertas) às transferências cognitivas com base no critério de cognição adequada .....	214
5.5.5. Cooperação judiciária: transferência cognitiva para outros juízes que possuem conhecimento sobre temas específicos. A relevância do “conhecimento privado” do juiz.....	217
5.5.5.1. O juiz pode sofrer “contaminações psíquicas” que justifiquem a transferência da cognição?.....	221
5.5.5.2. A relação entre cognição adequada e competência adequada.....	224
5.5.5.3. Cognição adequada e vedação ao <i>non liquet</i> : juízes detentores de conhecimento jurídico específico.....	226
5.5.6. A melhor cognição possível nos julgamentos por amostragem.....	230
5.5.6.1. Escolha da causa nos incidentes de casos repetitivos e compensações cognitivas .....	230
5.5.6.2. A centralização de processos repetitivos (art. 69, § 1º, IV do CPC) .....	233
5.5.6.3. Conhecimento privado e características pessoais do juiz como elementos para a cognição	

adequada. A escolha do juiz por convenção das partes.....	235
5.5.7. A preocupação com a imparcialidade: a cognição estaria “fora da cabeça do juiz”? .....	236
5.5.8. Cognição informada por algoritmos: avanços e retrocessos .....	242
5.5.8.1. Inteligência artificial: compartilhamento e transferências cognitivas .....	244
5.5.9. Jurisdição consultiva e retenções cognitivas: a cognição voltada à influência de outros centros subjetivos .....	247
5.5.10. Cognição adequada em segunda instância.....	251
5.5.11. Competência para o julgamento da reclamação no caso das decisões proferidas por Turma Recursal de Juizado Especial Cível ou Fazendário: violação à cognição adequada .....	252
5.6. Conclusão parcial .....	254

## Capítulo 6

<b>ALGUNS FENÔMENOS QUE IMPACTAM A COGNIÇÃO JUDICIAL: ANTECIPAÇÕES, INVERSÕES, ABSORÇÕES, COMPENSAÇÕES E SUPERPOSIÇÕES COGNITIVAS .....</b>	<b>257</b>
6.1. A cognição no tempo. Planos horizontal e vertical da cognição .....	257
6.2. Plano vertical.....	259
6.2.1. Antecipações e inversões cognitivas: uma ruptura com a tradicional ordem de apreciação das questões processuais e questões de mérito .....	259
6.2.1.1. Antecipação do conhecimento do mérito: o art. 488 do CPC e a necessidade de saber, antecipadamente, a quem aproveita a invalidade .....	259
6.2.1.2. Antecipações e postergações cognitivas: exame da legitimidade <i>ad causam</i> . Legitimidade é mérito? A legitimidade deve ser conhecida no começo ou no fim do processo? .....	264
6.2.1.3. Antecipações e postergações cognitivas: o exame do interesse de agir e de recorrer .....	266
6.2.2. Quais os mecanismos para a criação de modificações cognitivas? .....	268



6.2.3. As absorções cognitivas e a supervalorização da quantidade de cognição .....	269
6.2.3.1. Convenção das partes para a escolha da cognição sumária ou exauriente.....	275
6.3. Plano horizontal .....	276
6.3.1. Antecipações cognitivas no processo cautelar português: do Regime Experimental (Decreto-lei n. 108/2006) ao CPC de 2013 .....	276
6.3.2. Cognição “antes do processo”: conhecimento antecipado da prova .....	279
6.3.3. A cognição sobre fatos e prova no <i>common law</i> em contraposição à cognição no <i>civil law</i> : os limites da gestão cognitiva .....	284
6.3.4. Superposições ou redundâncias cognitivas no exame da prova emprestada .....	289
6.3.5. Modificações cognitivas no sistema recursal e na ação rescisória .....	292
6.3.5.1. “Teoria” da causa madura e supressão cognitiva: o conhecimento “direto” do mérito pelo tribunal.....	292
6.3.5.2. Novo sistema de impugnação das decisões interlocutórias: inversões cognitivas no julgamento do agravo de instrumento e da apelação.....	296
6.3.5.3. Violação a questão constitucional ou a lei federal nos recursos especial e extraordinário: os artigos 1.032 e 1.033 do CPC.....	300
6.3.5.4. Contraditório nos embargos de declaração .....	302
6.3.5.5. Admissibilidade da ação rescisória fundada em prova nova .....	303
6.4. Compensações cognitivas no processo executivo .....	304
6.4.1. Compensações cognitivas na execução de títulos executivos extrajudiciais .....	304
6.4.2. Cognição sujeita a condição .....	310
6.5. Conclusão parcial .....	312
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>313</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>317</b>